



Portugal-Espanha Vinte anos após a adesão

António Carmona Rodrigues . Presidente, Câmara
Municipal de Lisboa

Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros

Senhor Embaixador de Espanha

Senhor Presidente do Conselho Geral do IEEI

Senhor Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Sendo normal que assumamos que factualmente ao longo dos séculos tem havido desconfiança e distanciamento nas relações entre Portugal e Espanha, temos também de reconhecer que as transições democráticas nos dois países ibéricos, por um lado e, por outro, a adesão simultânea à então denominada Comunidade Económica Europeia (bem como a adesão da Espanha à OTAN e a criação da Comunidade Ibero-Americana), proporcionaram um salto qualitativo e quantitativo no que concerne às relações peninsulares. A nossa proximidade cultural e geográfica, bem como as relações históricas seculares foram ultrapassadas por outros factores de aproximação, nomeadamente os de índole económica. Passámos de simples vizinhos, a amigos, sócios e aliados.

Também a descentralização e a consagração das autonomias em Espanha veio potenciar o relacionamento entre os dois países e respectivos povos. As evidentes dificuldades criadas por modelos díspares – as autonomias, com amplas matérias de governo próprio, só muito dificilmente encontram em muitas áreas as CCDDR'S como um parceiro válido –, foram na maior parte dos casos ultrapassadas por um intenso relacionamento político, social e cultural entre agentes públicos e privados e entre as populações em geral, que é nitidamente mais visível nas regiões fronteiriças. Exemplo dessa importância é a inclusão dos Presidentes das Juntas da Galiza, Castela-Leão, Extremadura e Andaluzia como parceiros das Cimeiras Ibéricas, o relacionamento intenso a nível económico e cultural com os decisores das autonomias e os contactos entre o Governo português e governantes autonómicos, ultrapassando velhos fantasmas que impediam o relacionamento e o aproveitamento das potencialidades da realidade actual de Espanha.

Também a nível local o incremento dos contactos e de parcerias entre cidades espanholas e portuguesas, bem como o desenvolvimento dos chamados processos de gemação entre elas, têm vindo ao longo dos anos a contribuir de forma notável para uma melhoria do relacionamento entre as populações dos dois países e de, mesmo por vezes, a permitir a criação de estratégias comuns que passam pela afirmação da Península Ibérica no seu conjunto no contexto europeu, ibero-americano e mundial.

É certo que esta evidente melhoria de relações não se traduz num quadro idílico de relacionamento. A complexidade peninsular, onde convivem muitos factores de dispersão, existe e é uma realidade. Mas o presente diálogo e a cooperação que existe entre os dois parceiros são o garante de um novo tipo e uma nova época das relações peninsulares.

A identidade cultural portuguesa, pioneira da sua consolidação como Estado-Nação, aparece como resultado de dois condicionamentos: face ao exterior – o mar, e face ao interior – Castela. A afirmação de Portugal no quadro destes condicionalismos marca a sua história, a sua assunção como país atlantista e europeu e, principalmente, a sua dificuldade histórica em lidar com aquilo a que Miguel Torga definiu como o neo-iberismo.

Se no campo cultural e académico se tem rompido com barreiras e estabelecido uma prática de entendimento e cooperação, é no campo político-económico, pautado pelas realidades da União Europeia e do incremento da globalização que a convergência se acentua dia a dia. A lógica do mercado, a globalização cultural, a homogeneização europeia têm alterado de forma muito positiva as relações luso-espanholas, construindo nalguns casos os alicerces de uma cultura ibérica (por vezes em contraponto à chamada «cultura europeia») e articulações novas de cooperação.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

As bases da Geografia Política tradicional são, por um lado, a fronteira estatal e, por outro, os problemas físicos, humanos e estratégicos relacionados com ela. Desde sempre a linha divisória dos Estados e a obsessão fronteiriça originaram violentos confrontos diplomáticos e conflitos bélicos. Para Ratzel, no início do século XX, a fronteira era um fenómeno inseparável da existência dos Estados e não resultava de meros caprichos diplomáticos, mas sim da dinâmica da História aplicada a marcas naturais prévias. Hoje sabemos que esta definição compreende excepções, embora do ponto de vista geopolítico ela mantenha actualidade.

Certamente que com ligeiros ajustes e retoques, podemos considerar a fronteira luso-espanhola a mais antiga da Europa, com limites políticos definidos há mais de 800 anos. O Tratado de Alcañices, assinado entre o Reino de Portugal e o Reino de Castela-Leão, celebrou em 1997 o seu sétimo centenário. Não é uma fronteira natural, embora grande parte do seu traçado se apoie nos grandes rios (Minho, Douro, Tejo e Guadiana). E, nas palavras de Orlando Ribeiro, quando os rios deixam de correr por mesetas e se metem por profundas gargantas, podem constituir, mais do que uma divisão, uma defesa.

A fronteira tem marcado seriamente as relações entre os dois países. As sete províncias espanholas (Pontevedra, Orense, Zamora, Salamanca, Cáceres, Badajoz e Huelva) e os distritos do espaço fronteiriço português (Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Évora, Beja e Faro) somam no seu conjunto 138.000 km² e mais de 5.500.000 habitantes, correspondendo no caso português a cerca de um quarto da população do país (o que não deixa de ser significativo se considerarmos a concentração urbana e populacional no litoral de Portugal).

Hoje as relações transfronteiriças são fundamentais no quadro do relacionamento entre os dois países. Sem abordarmos a fundo esta questão, podemos apontar, com base num diagnóstico elaborado por especialistas a propósito do Programa Transfronteiriço INTERREG II alguns traços comuns que, ainda hoje com actualidade, caracterizam a fronteira luso-espanhola, a saber:

Distanciamento dos centros de decisão política e económica

Existência de obstáculos naturais de carácter limitador;

Desfasamento legal e jurídico de realidades regionais análogas;

Segmentação artificial dos mercados;

Deterioração demográfica e desarticulação dos recursos humanos;

Ausência de actividades económicas diversificadas e complementares;

Baixo nível de equipamento à escala local e distrital;

Abandono ou falta de infra-estruturas básicas para o intercâmbio económico, acessibilidades aos núcleos humanos e comunicação;

Barreiras psicológicas e educativas nas relações humanas e nos comportamentos sociais muito arraigados;

Frustração política e desilusão social nos povoados de fronteira.

Não obstante esta caracterização, podemos falar com alguma certeza de um certo iberismo subjacente a estes territórios de fronteira, ao nível de diferentes manifestações e símbolos de cooperação e solidariedade, distantes dos cânones impostos por Madrid e Lisboa. Este facto tem um valor extraordinário não só para se compreender o passado, mas principalmente para empreender no futuro acções conjuntas e inovadoras.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Portugal e Espanha são países amigos, com história comum, línguas similares, tradições idênticas. São frequentes os pontos de encontro entre a cultura e a civilização dos dois países. A influência que mutuamente se exerce é enorme e não pode ser escamoteada.

As transições democráticas em Portugal (1974) e em Espanha (1975), consolidadas pela aprovação de duas novas Constituições (Portugal, 1976 e Espanha, 1978) marcam um ponto de partida para uma nova fase nas relações ibéricas, baseada na cooperação, entendimento mútuo e relações abertas, que consolida a incorporação conjunta no processo de construção de uma Europa comunitária.

Nestes últimos 20 anos de relações políticas e económicas crescentes, de defesa de interesses de ambos os países e busca de soluções para os problemas comuns, marcados essencialmente pelo processo de integração europeia, o balanço é, em nosso entender, muito positivo. A nível interno, Portugal adoptou definitivamente o projecto de um Estado unitário, a Espanha assume as suas diferenças e enceta a construção de um Estado de Autonomias que conheceu significativas mutações no corrente ano de 2006.

Até 1985, os dois países ibéricos ignoravam-se mutuamente no plano económico. Com a eliminação das fronteiras, a União Europeia estimulou e facilitou a convergência ibérica. Desde a adesão à Comunidade Europeia e a criação do Mercado Único (1993) estabeleceram-se formas distintas de colaboração e cooperação que multiplicaram os contactos públicos e privados entre Espanha e Portugal, reforçando em quase todas as direcções as relações bilaterais e regionais. Independentemente dos bons resultados derivados das Cimeiras celebradas periodicamente entre os governos de Espanha e Portugal, as políticas de aproximação e cooperação foram apadrinhadas, numa primeira etapa, por responsáveis públicos regionais e por algumas personalidades e agentes sociais de ambos os países.

Hoje a cooperação repousa muito na elaboração de projectos e programas conjuntos nas diferentes escalas de intervenção: local, provincial, regional, estatal ou comunitária. Contudo, a cooperação para ser efectiva, para além de definir opções estratégicas comuns, tem de se apoiar na convicção da viabilidade dos projectos escolhidos e no respeito mútuo num quadro de relações em pé de igualdade.

O modelo europeu constitui, pelo menos para os próximos anos, o marco natural para as relações interpeninsulares que, condicionadas por sua vez pelos processos de globalização, têm convertido a Península Ibérica num submercado regional europeu. Com razão já se fala de um *mercado ibérico* dentro do grande conjunto de relações económicas europeias, o que significa uma grande interpenetração de mercados, empresas e de sistemas financeiros. Espanha é já o primeiro cliente de Portugal, exportando muito mais que para toda a América Latina junta e vice-versa, Portugal figura entre os primeiros lugares dos clientes de Espanha.

Sem renunciar cada país à sua própria identidade e aos seus projectos, as relações da Europa e da Península com o espaço ibero-americano ou com as nações de língua portuguesa põem em relevo a necessidade de definir estratégias de cooperação de índole cultural baseadas na defesa dos direitos humanos, da democracia e da solidariedade, abandonando as velhas fórmulas de dependência e de relação hierárquica.

O projecto da Comunidade Ibero-Americana requer novos planeamentos estratégicos que possam converter a Península numa referência geográfica e histórica para este século XXI. Dentro da União

Europeia, a Península Ibérica reforçou o seu significado de charneira estratégica face ao Sul e também revitalizou os seus laços com a América Latina. É que não pode esquecer-se a dimensão ibero-americana da Península desde a assinatura, em 1494, do Tratado de Tordesilhas, nem a força do seu património cultural e das suas línguas para fortalecer os vínculos históricos com novas iniciativas de cooperação, numa política de povos e pessoas capaz de dar aos instrumentos económicos, financeiros e empresariais um sentido de igualdade e de respeito mútuo.

Por outro lado, não podemos conceber uma cooperação eficaz nem o desenvolvimento regional sem abordar o território. Frente a um subequipamento notório e à precariedade das infra-estruturas nos momentos da adesão conjunta à CEE, com valores que se situavam entre 40% e 60% abaixo da média comunitária na totalidade de Portugal e em três quartas partes do território de Espanha, temos assistido nos últimos quinze anos a uma melhoria generalizada dos equipamentos e infra-estruturas.

Num e noutro país, classificou-se o processo como de *modernização*, entendendo a sua incidência territorial num duplo sentido: a renovação e a inovação, substituindo o antiquado e o obsoleto, e incorporando meios e serviços inexistentes. A título de exemplo, o défice era visível na construção de vias rápidas e auto-estradas, o que implicava o aumento insuportável da distância-tempo às deslocações entre a Península e os centros do mercado europeu, mas também um gravíssimo obstáculo à própria articulação ibérica.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

«No processo de unidade peninsular a história inevitavelmente é a favor da separação», escreveu Eugénio Asensio. E um bom conhecedor da História Contemporânea da Península, e de Portugal em particular – Hipólito de la Torre – analisa a dialéctica das relações peninsulares como o antagonismo mútuo convertido em prevenção e em desconfiança, quando não em ruptura, que terá contribuído para a recusa pelos dois países das potencialidades objectivas de unidade – geográfica e cultural – que o solo ibérico oferece desde há séculos.

Chegou a hora da cooperação permanente e o momento de arrumar a indiferença espanhola e a desconfiança portuguesa. Unamuno fazia referência, há já um século, «à petulante soberba espanhola, de uma parte, e à impertinente suspicácia portuguesa, da outra parte», como culpadas do distanciamento espiritual e da incomunicação cultural.

Pelo seu lado, Espanha nunca entendeu e explicou com rigor e sensibilidade a realidade portuguesa. Subsiste em alguns intérpretes a intelectuais a velha ideia de que Portugal independente é o resultado de um fracasso histórico. É chegado o momento de partilhar a pluralidade e a diversidade da Península Ibérica, moldadas pelo vaivém secular de povos e gentes. Dentro do espaço ibérico uma dos laços fortes é o da comunicação e entendimento, sendo de realçar que o castelhano e o português, falados por 50 milhões de pessoas na Península, são a língua viva de mais de 500 milhões fora dela.

Lisboa, como cidade capital, quer bilateralmente com Madrid, mas também com Barcelona e outras cidades espanholas, quer no quadro multilateral no âmbito da UCCI – União das Cidades Capitais Ibero-Americanas – está na primeira linha dos que defendem que a integração europeia dos dois países ofereceu uma oportunidade histórica que merece ser aprofundada. No nosso entender, não podemos enfeudarmo-nos só na memória. Devemos construir o futuro.